

O PACOTE CAMBIAL DO PLANALTO

As manchetes de 12.03 do corrente estampam em letras garrafais que o Planalto prepara novo pacote para o câmbio. A única alternativa que poderia tomar é sair dos trilhos descarrilando dos parâmetros econômicos adotados pelo Decreto nº 3088 de 21.06.99, que estabeleceu no Brasil a política de “meta de inflação”. Ora, esta alternativa econômica, seria uma verdadeira alternativa de suicídio político para o Governo, seu partido e demais coligados, pois pulverizaria imediatamente seu trunfo eleitoral, o voto do povo trabalhador. Hoje, o poder aquisitivo da maior parte do eleitorado é mantido por força desta mesma política que estabeleceu no Brasil, pela primeira vez na Nova República, o direito à conservação do poder intrínseco da moeda. Este poder intrínseco, com a sobrevalorização sobre o dólar, tem aumentado paulatinamente.

O governo alardeia a alternativa de um pacote pois, com exclusão da “sinuca de bico” acima estampada, já tentou tudo e não deu certo: I – Depois do “cavalo de pau” em 19.02.2003, quando os juros estavam a 26,5% ao ano, o COPOM, gradativamente foi baixando-os estacionando atualmente em 11,25%; II – O depósito compulsório dos bancos recolhido ao Banco Central, de 60%, naquela época, reverteu a posição anterior de 40%; III – A base monetária enxugada ao máximo que em 23.05.2003 estacionara em 38,5 bilhões, hoje, conforme dados do Banco Central foi expandida em mais de 100%, estando hoje num patamar de 92,5 bilhões; IV – A matriz de energia desde 2005 conservou-se congelada, gerando uma mais valia, transferida diretamente da área pública para a privada pois a Petrobrás, embora o barril do petróleo tenha ultrapassado os 100 dólares, mantém seus preços desde aquela época. V – O efeito destes fatores foi o incremento exacerbado do crédito que, em 2007 estava numa expansão de 1,1% ao mês atingindo, num período de 12 meses, a expansão de 20,2%. A sua relação de oscilação com o Produto Interno Bruto, no período, foi da ordem de mais ou menos 30%, oscilando mês a mês naquele ano conforme dados do Banco Central. VI – Do total da carteira de empréstimos e financiamentos os bancos públicos auxiliaram com um percentual de 35,9% sendo que os privados nacionais 42% e os estrangeiros tiveram um aporte de 22,1%. Assim é que do arsenal de mecanismos a serem utilizados sem causarem stress no sistema econômico como um todo o governo, silenciosamente, para alegria dos setores que não teriam competitividade num cenário de paridade total, agiu e fez o que pode. Tentou o máximo quando instituiu o programa Revitaliza através do decreto 6252/2007 e da Lei 11.529 e resoluções do Conselho Monetário Nacional, também, da mesma forma transferindo para os chamados “órfãos do câmbio” programas orçando mais de 3 bilhões de reais. O governo através destas políticas incrementou uma inflação de demanda artificial que cria, conforme o vocabulário de Alan Greenspan, bolhas dentro do sistema. Estas podem levá-lo no futuro a uma situação de instabilidade pior do que a que pretende evitar. O melhor a fazer em tudo é aceitar a realidade pois o dólar persistirá em seu processo de decantação até atingir a paridade cambial e induzir um sistema de “currency board” na baixa estabilizando-se nesta condição através do mercado.

PROF. SÉRGIO BORJA – Professor de Direito na UFRGS e PUC/RS